

# CAPÍTULO 14

## COLEÇÃO E MUSEALIDADE: O MUSEU GRUPPELLI, PELOTAS/RS EM FOCO

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 02/04/2021

### **José Paulo Siefert Brahm**

Universidade Federal de Pelotas  
Bolsista CAPES – Código de financiamento  
001  
Pelotas - RS  
<https://orcid.org/0000-0002-1837-425X>

### **Márcia Della Flora Cortes**

Universidade Federal de Pelotas  
Pelotas – RS  
<https://orcid.org/0000-0002-4408-9647>

### **Diego Lemos Ribeiro**

Universidade Federal de Pelotas  
Pelotas - RS  
<https://orcid.org/0000-0002-2433-4828>

### **Juliane Conceição Primon Serres**

Universidade Federal de Pelotas  
Pelotas – RS  
<https://orcid.org/0000-0003-4848-1539>

### **João Fernando Igansi Nunes**

Universidade Federal de Pelotas  
Pelotas – RS  
<https://orcid.org/0000-0003-3463-5605>

**RESUMO:** O ato de colecionar objetos está intrinsecamente vinculado à formação dos museus no Ocidente. A atribuição de valores e a recolha de objetos, premissa basilar dos museus, está vinculada à musealidade. Sob o prisma da musealidade, compreende-se que

o sujeito, desde o princípio da humanização, separa parcelas do real para fins de significação, preservação e exibição; seria, em outros termos, o deslocamento de olhar sobre as coisas que nos cercam (a cultura material), conferindo novos estratos de sentido e significado, cujo objetivo final seria a preservação e difusão de memórias. Baseado nisso, nos debruçamos sobre os motivos que levam os sujeitos a separarem uma pequena parcela de objetos da realidade para fins de preservação e, do mesmo modo, dedicamo-nos a compreender a relação travada entre sujeito e objeto, tendo como fio condutor o conceito de musealidade. Com vistas a confrontar o espectro teórico ao campo aplicado, apresentaremos, como estudo de caso, o Museu Gruppelli, situado na zona rural, no que se denomina Colônia Municipal, da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Abordamos um breve histórico do referido Museu, tanto do nome que lhe caracteriza como das coleções que preserva. Apresentaremos, ainda, a biografia de dois objetos que fazem parte do acervo: o tacho e a carroça.

**PALAVRAS - CHAVE:** Coleção. Musealidade. Museu Gruppelli.

### COLLECTION AND MUSEALITY: THE GRUPPELLI MUSEUM, PELOTAS/RS IN FOCUS

**ABSTRACT:** The act of collecting objects is intrinsically linked to the formation of museums in the West. The attribution of values and the collection of objects, a basic premise of museums, is linked to museality. Under the prism of museality, it is understood that the subject, since the beginning of humanization, separates

parts of the real for the purposes of signification, preservation and exhibition; in other words, it would be the displacement of looking at the things that surround us (material culture), providing new strata of sense and meaning, whose ultimate objective would be the preservation and diffusion of memories. Based on this, we will look at the reasons that lead the subjects to separate a small portion of objects from reality for preservation purposes and, likewise, we dedicate ourselves on understanding the relationship between subject and object, having the concept of museality as a guiding thread. In order to confront the theoretical spectrum with the applied field, we will present a case study of Gruppelli Museum, located in the countryside, in Municipal Colony of Pelotas, Rio Grande do Sul. We cover a brief history of the Museum, about the name that characterizes it and about the collections that it preserves. We will also present the biography of two objects that are part of the collection: the pot and the wagon.

**KEYWORDS:** Collection. Museality. Gruppelli Museum.

## 1 | INTRODUÇÃO

O ato de colecionar objetos está intrinsecamente vinculado à formação dos museus no Ocidente. A atribuição de valores e a recolha de objetos, premissa basilar dos museus, está vinculada à musealidade. Segundo Bruno (2006), sob o prisma da musealidade, compreende-se que o sujeito, desde o princípio da humanização, separa parcelas do real para fins de significação, preservação e exibição; seria, em outros termos, o deslocamento de olhar sobre as coisas que nos cercam (a cultura material), conferindo novos estratos de sentido e significado e cujo objetivo final seria a preservação e difusão de memórias.

Essa percepção tem estrita relação com os processos de seleção e apropriação de referenciais de memórias, que, por serem imbuídos de intencionalidades, não estão desconectados das esferas de poder sobre os signos e os símbolos entrelaçados nos objetos.

Com base nessa premissa inicial, o presente artigo busca refletir sobre o princípio da musealidade, conceito tão especial ao campo de museus. Debruçamo-nos sobre os motivos que levam os sujeitos a selecionarem uma pequena parcela de objetos da realidade para fins de preservação e exibição e, do mesmo modo, dedicamo-nos a compreender a relação travada entre sujeito e objeto, tendo como norte o conceito de musealidade.

Com vistas a confrontar o espectro teórico ao campo aplicado, apresentaremos como estudo de caso o Museu Gruppelli, situado na zona rural, no que se denomina Colônia Municipal da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Abordamos um breve histórico do referido Museu, tanto do nome que lhe caracteriza, como das coleções que preserva. Apresentaremos ainda, a biografia de dois objetos que fazem parte do acervo: o tacho e a carroça. Veremos que ambos, ao fazerem parte dos museus, têm esmaecido seu valor utilitário para o qual foram inicialmente concebidos. É-lhes atribuída uma nova função, agora representacional e simbólica. São considerados patrimônio, “semióforos” (POMIAN, 1997), detentores de um “espírito e alma” (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013). A

partir da relação travada com os objetos, e tendo como impulso a musealidade, o público poderá evocar e fixar suas memórias, despertar emoções e afirmar e consolidar suas identidades. Ao mesmo tempo, a musealidade possibilita que os visitantes percebam os objetos muito além de suas camadas visíveis, faz com que percebam os objetos como importantes mediadores, na criação de pontes e conexões entre o visível e o invisível, trazendo o que estava longe para perto, o ausente para o presente, a morte para a vida, o que estava soterrado pelo esquecimento à luz das recordações.

## 2 | COLEÇÃO E MUSEALIDADE

O colecionismo está vinculado à formação dos museus no Ocidente. Para Bottallo (2015), esse ato de colecionar vigorou na antiguidade grega vinculada à esfera real, sacra, científica e educativa (BOTTALLO, 2015). No período da antiguidade, as coleções foram utilizadas como representação de ostentação e poder pelos romanos, em relação aos povos dominados (POMIAN, 1997). Segundo Pomian (1997, p. 78)

na Idade Média as coleções acumularam-se nas igrejas e nos tesouros dos príncipes; compunham-se de relíquias, de objectos (sic) sagrados, de mirabilia, de dádivas, como também de obras de arte, cuja matéria era muitas vezes considerada mais preciosa que a execução. Dois grupos, o clero e os detentores do poder, monopolizavam os semióforos, controlavam o acesso da população a estes, e serviam-se deles para afirmar sua posição dominante.

Esse ato de colecionar se intensificou com as rotas das grandes navegações no período renascentista, nos séculos XV e XVI, que culminaram com a criação na Europa, dos antecessores dos museus, os antigos Gabinetes de Curiosidade ou Câmeras de Maravilhas. Para Helga Possas (2005), os Gabinetes de Curiosidade dos séculos XVI e XVII eram espaços em que seus proprietários buscavam reproduzir o mundo num único espaço (a ideia de microcosmo). Os objetos que faziam parte dos Gabinetes eram sinônimos de poder e de destaque social de seus possuidores. Quanto maior sua coleção, maior era seu status e poder. Os Gabinetes apresentavam ainda um caráter restrito de visitação, porém, podiam ser visitados facilmente mediante carta de apresentação, com exceção dos Gabinetes de caráter secreto que estavam sob a proteção de nobres e famílias de grande importância. Contudo, ao longo do século XVII, não bastava apenas possuir coleções, era preciso conhecê-las, utilizando-se de processos de investigação, classificação e ordenação por meio de técnicas e métodos científicos. “É nesse contexto que os museus adquirem força e visibilidade” (POSSAS, 2005, p. 158). O aumento de estudos e investigações das coisas exigia a necessidade de lugares mais apropriados para sua guarda. Nesse contexto, segundo a autora, foi no século XVIII e XIX que

os museus assumiram o papel de instituições de pesquisa, existindo por si sós ou vinculados a centros como universidades e escolas superiores e, em grande parte, subsidiados por governos ou detentores de poder e riqueza.

As coleções incorporam de vez um caráter científico, ou seja, destinadas a elaboração do conhecimento baseado em observações, pesquisas e construções teóricas. O desenvolvimento da ciência nos séculos XVIII e XIX encontrou-se, portanto, vinculado ao surgimento e consolidação de inúmeros museus de história natural, com suas coleções especializadas e em constante expansão (POSSAS, 2005, p. 159).

Segundo Castro (2009), a abertura das coleções ao público ocorreu na Europa, no final século XVIII, em meio a tensões sociais e pressões políticas, que culminam com o movimento revolucionário, fator decisivo para a abertura ampla e irrestrita das grandes coleções, tornando-as públicas. “A Revolução Francesa, repercute e irradia-se por todo o continente, cujas consequências resultam em medidas que visam consolidar o poder recém-conquistado” (CASTRO, 2009, p. 25). Entre elas está a abertura do Louvre, em 1793, a qual traz mudanças na concepção de público ao abrir as portas para o povo francês (SOARES 2012, apud MAIRESSE, 2005 p. 6). É nesse período que surge a concepção atual de museus, os denominados museus modernos. Nesse período, conforme Possas (2005), os museus se firmam também como divulgadores do conhecimento científico. Não bastava ter ou conhecer as coleções, era preciso divulgá-las ao maior número de pessoas, sejam estudiosos ou leigos.

Para o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2003), baseado em Clifford (1985) e Pomian (1997), “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’” (GONÇALVES, 2003, p. 22). Seguindo o mesmo raciocínio, Jelin (2002) afirma que contemporaneamente vivemos em uma era de colecionadores em que os diversos grupos humanos buscam guardar e registrar tudo, como suas fotos de infância, diários, revistas e arquivos oficiais e privados. Sob o ponto de vista dos estudos da memória, o antropólogo francês Jöel Candau (2014) considera este fenômeno como de intensa reivindicação memorial a partir do conceito de mnemotropismo. Segundo o autor, esse conceito corresponde à expressão política da memória, que seria reflexo direto da crise identitária e patrimonial imposta na contemporaneidade. Além disso:

mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões de memória” (CANDAU, 2014, p. 107).

Candau (2014), refere-se, assim, à relação entre memória e patrimônio. Nesse sentido, os objetos (extensões da memória) serviriam para evocar e fixar memórias, que são ativadas aleatoriamente ou, em especial, nos lugares projetados para esse fim – a exemplo dos museus.

Mas indagamos: de onde surge a vontade do sujeito em guardar e colecionar objetos? Quais seriam as motivações do colecionismo contemporâneo? Essas perguntas, levantadas também por Mendonza (2005), geram muitas reflexões em torno de si. Segundo

a autora, guardamos objetos, mesmo sabendo que perderão seu valor de uso no futuro, como uma tentativa de manter vivos os testemunhos remanescentes de um passado que não mais voltará e queremos recordar. Desse modo, o ato de colecionar teria relação com a conservação física, mas, sobretudo, com a semântica dos objetos. A relevância da manifestação material contribui, por esse prisma, para despertar um passado que almejamos trazer para o presente; a objetividade dos objetos, a matéria, serve como dispositivo que cria pontes com a subjetividade – sempre de um ponto de vista relacional entre sujeito-objeto (tendo como fio condutor a percepção museal).

Em resumo, o sentido de colecionar objetos se dá por formas e motivos diversos, porém, as razões emocionais se sobressaem, pelo status que os objetos proporcionam, pelo conhecimento que podem gerar, ou mesmo, por puro *hobby*. Além disso, o ato de colecionar pode ser tanto de um indivíduo particular como de um grupo informal ou uma instituição (MENDONZA, 2005) e, dentro desse quadro, entra o papel dos museus como instituições de guarda, pesquisa e comunicação de objetos como cultura material.

A coleção se torna, para seus colecionadores, um processo de prazer, paixão e alegria, um objetivo de vida, ou mesmo, uma razão de viver. Em outros termos, o ato de colecionar é responsável por dar sentido à vida das pessoas, faz com que elas se sintam vivas. Torna-se um objetivo de vida para o colecionador conseguir para sua coleção o objeto sonhado, imaginado. Essa busca pode levar meses, anos, décadas, ou até mesmo uma vida inteira, porém, o colecionador é paciente e não desiste da oportunidade de ter em mãos a “obra-prima” de sua coleção. Grifamos que o ato de colecionar é libertador, ele nos “transporta” do mundo real para o nosso “mundo mágico”. O colecionismo não é somente uma prática aprendida no social, ele está enraizado em nosso ser, em nosso DNA, em nossa alma, em nosso íntimo, uma vez que associamos aos objetos lembranças e momentos únicos vividos; por isso, estabelecemos laços afetivos com os mesmos.

Cumpramos mencionar, aqui, que a formação das coleções e a “vontade de memória” (NORA, 1993) são compreendidas no campo dos museus pelo viés da musealidade. Para Bruno (2006), a musealidade seria a percepção contextual da cultura material, cujo objetivo final seria a preservação. A percepção acompanha a humanidade desde a pré-história, quando os grupos humanos selecionavam e retiravam fragmentos da realidade para proteção e guarda (BRUNO, 2006). Para a autora, a musealidade seria anterior ao próprio ato de colecionar e, conseqüentemente, anterior ao próprio museu-lugar.

Assim, reconhecemos que as atividades de observar, selecionar e valorizar, expor e guardar distingue a sociedade humana há milênios, dando origem às ações do colecionismo que, por sua vez, permearam as rotas que levaram ao surgimento dos museus (BRUNO, 2006, p. 123).

Esse conceito é também sistematizado por Scheiner (2005), que estabelece que:

A musealidade é reconhecida por meio da percepção que os diferentes grupos humanos desenvolvem sobre esta relação, de acordo com os valores próprios de seus sistemas simbólicos. Como valor atribuído (ou assignado), a percepção (conceito) de “musealidade” poderá mudar, no tempo e no espaço, ajustando-se aos diferentes sistemas representacionais de cada grupo social (SCHEINER, 2005, p. 95, aspas no original).

Importante frisar, também, que essa percepção tem estrita relação com os processos de seleção e apropriação de referenciais de memórias, que, por serem imbuídos de intencionalidades, não estão desconectados das esferas de poder sobre os signos e os símbolos entrelaçados nos objetos.

### 3 | O MUSEU GRUPPELLI

O Museu Gruppelli, inaugurado no ano de 1998, surge a partir da iniciativa da comunidade local que buscava preservar suas histórias e memórias. O Museu está localizado na zona rural de Pelotas, Rio Grande do Sul, no que se denomina Colônia Municipal. Possui um acervo de 2.000 objetos que são divididos em várias tipologias (esporte, doméstico, impressos, trabalho rural e trabalho específico). Ele se apresenta como “um espaço de exposição e guarda de objetos que traduzem a ‘vida na colônia’, ou seja, as dinâmicas sociais de uma comunidade identificada pelas origens e trajetória imigrante” (FERREIRA; GASTAUD; RIBEIRO, 2013, p. 58).

Para Ricardo Gruppelli<sup>1</sup>, a ideia da criação do Museu Gruppelli surgiu devido a muitas pessoas que vinham lembrar sua infância na colônia, como no caso de parentes, vizinhos e veranistas. A maioria dos objetos que fazem parte do Museu já se encontrava no prédio em que ele se situa hoje. Com o decorrer do tempo, foi aumentando o número de objetos no Museu, os quais foram cedidos pela própria família Gruppelli, também pelo interesse despertado na comunidade, que passou a doar e emprestar objetos.

Como a colônia é de uma fundação bem antiga, o pessoal despertou, valorizou. O pessoal olhava uma peça no Museu, uma enxada velha lá: “sabe que eu tenho um enxadão lá que pode servir pro Museu”; então, despertou esse resgate. Muita gente recolheu coisas que estavam atiradas no galpão, acondicionou melhor para preservar: despertou a ideia de preservação. (GRUPPELLI, 2016, informação verbal)<sup>2</sup>

Por esse entendimento, ao coletarem objetos do real para fins de representação, aqueles atores-sociais buscavam, a partir dos objetos, a representação dos modos de vida de um local, cuja carga significativa e simbólica atravessaria a objetividade material dos mesmos. A nosso ver, o processo de seleção, valorização, preservação e difusão dos

---

<sup>1</sup> Membro da família Gruppelli é um dos fundadores do Museu Gruppelli.

<sup>2</sup> Entrevista de Paulo Ricardo Gruppelli, em 05 de junho de 2016. Pelotas/RS.

referenciais de memória passa pelo desenvolvimento do que convencionamos chamar de musealidade. Em outros termos, podemos dizer que a musealidade contribui ou ajuda para que o museu-lugar ganhe vida ou se efetive.

É importante mencionar que esses objetos, pelo menos do ponto de vista utilitário, eram pouco valorados por aqueles atores-sociais. Porém, o olhar lançado sobre os objetos por eles foi para além do valor utilitário. Com a intenção de preservá-los e difundi-los, por entenderem que esses objetos eram importantes registros mnemônicos e identitárias de suas histórias e da própria história da zona rural, eles foram selecionados para o museu. Nesse momento, muitos desses objetos que se encontravam em final de existência ganharam uma segunda chance, uma “segunda vida” (DEBARY, 2010), ou seja, uma vida patrimonial e museal.

Esses objetos encontram nos museus um novo futuro, uma nova casa, uma nova utilidade, incorporando novas histórias e funções. Claro, vale ainda ressaltar que muitos objetos não chegam ao fim de sua vida útil, são por nós ressignificados, revalorizados durante a vida. Isso acontece por terem participado de algum evento ou acontecimento “importante”, ou desempenhado uma função social e cultural relevante para um grupo, fazendo com que sejam preservados. Em outras palavras, seja durante ou em fim de vida, são agora reconhecidos pelos sujeitos que observam e, por vezes, foram moldados pelos objetos. Logo, têm uma importância para além de sua materialidade, são considerados documentos da realidade.

#### **4 | A PESQUISA NO MUSEU GRUPPELLI**

Os objetos musealizados ao fazerem parte dos museus têm seu uso primário abreviado, para o qual foram inicialmente projetados, adquirem (ou são lhes atribuídos) novos estratos semânticos por intermédio dos processos de musealização. Em outros termos, os objetos, no contexto de museu, servem como representações, registros, documentos da realidade da qual foram deslocados – embora esse deslocamento não seja necessariamente físico, mas, essencialmente, simbólico ou semântico. Pensamento semelhante é afirmado por Assmann (2011), ao dizer que os objetos, ao adentrarem no campo de forças dos museus, têm seu valor de uso esmaecido e adquirem uma nova função, agora simbólica e representacional, “também as formas de vida, atitudes, ações e experiências estão sujeitas a uma metamorfose parecida, quando saem do contexto, de uma atualidade viva e se tornam recordações” (ASSMANN, 2011, p. 360).

Por essa lógica, citamos como exemplo o tacho de cobre que faz parte do Museu Gruppelli. Salvaguardado e exposto no espaço museal, ele não serve somente para apresentar um artefato projetado para fazer doces, mas, sim, como indicador de memórias, “extensões de memória” (CANDAU, 2014) de determinado grupo, como representação dos seus modos de vida, de sua culinária, dos modos de operação para fabricação de

doces caseiros (como, por exemplo, o uso de técnicas corporais), dentre outros elementos de representação (vínculo familiar, com o lugar, identificação com as tradições locais, memórias afetivas em especial relacionadas ao período da infância...).

O tacho (Ver figura 1) que, atualmente, faz parte do acervo do Museu Gruppelli foi adquirido em meados de 2017, por Paulo Ricardo Gruppelli, para substituir a materialidade do anterior. O tacho anterior foi levado pela força da água em enchente inédita que atingiu a região colonial de Pelotas, em março de 2016<sup>3</sup>. De acordo com Ricardo Gruppelli (2017), o novo tacho pertencia a um morador residente na colônia, e foi trocado por uma porca camaleônica (animal). Ainda, segundo Ricardo, os olhos da porca mudavam de cor de acordo com a luz, por isso a designação de camaleão.



Figura 1: Novo tacho em exposição

Fonte: José Paulo Brahm, 2018

Citamos, ainda, como exemplo o objeto mais importante do Museu segundo o público, a carroça. Em contexto museal, ela não serve mais somente para o transporte de pessoas e alimentos, mas, sobretudo, como importante representação dos modos de vida do morador da zona rural que a utilizou para trabalho e passeio, garantindo assim sua manutenção e sobrevivência no campo por gerações. A carroça é considerada, por muitos visitantes, um símbolo da zona rural porque pode ser associado a lembranças do trabalho na lavoura, fonte de subsistência de muitas famílias que plantavam e colhiam

<sup>3</sup> No dia 26 de março de 2016, a comunidade do sétimo distrito de Pelotas foi acometida por uma enchente de proporções inéditas. Parte do acervo do Museu Gruppelli foi arrastado pela força da água, ficando perdido ou danificado de forma irreversível. Entre as principais perdas está o tacho de cobre e a cadeira marrom. Para saber mais, sugerimos ver artigo publicado sobre o assunto, que se encontra disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/11542/7383>. Acesso em: 20 out. 2018.

utilizando esse veículo de transporte (tanto para ir até a lavoura como, também, para trazer os alimentos colhidos no campo), um símbolo de luta, persistência e resistência. Como dito anteriormente, ela foi indispensável para a manutenção e sobrevivência do sujeito no mundo rural. A carroça traz muito orgulho, amor e gratidão para as pessoas, em especial para os moradores da zona rural que tiveram um maior contato com ela.

Segundo Ricardo Gruppelli (2016), a carroça faz parte do acervo do Museu Gruppelli, cerca de 6 a 7 anos. Ela pertenceu à família Weber, da Colônia Municipal. Era um meio de transporte da colônia, puxada por duas parselhas de cavalos ou bois. Ela foi muito utilizada para o transporte de mercadorias (lenha, hortaliças, frutas, produtos artesanais, entre outros), da colônia à cidade de Pelotas. A carroça foi negociada pela família Weber em permuta por piso cerâmico que pertencia à família Gruppelli. Inicialmente, a ideia era que ela ficasse embaixo de uma choupana em frente ao Museu, porém, acabou sendo colocada no interior do espaço museal, lugar no qual permanece até hoje (Ver figura 2).



Figura 2: Carroça

Fonte: José Paulo Brahm, 2016

É interessante destacar que os objetos, assim como as pessoas também possuem uma história, uma trajetória de vida, uma biografia.

Miranda (2012, p. 76), baseado em Thierry Bonnot, complementa que:

[...] as coisas, como as pessoas, possuem vidas sociais, que, no caso daquelas, começam como simples mercadoria, destinada a circulação, passando depois por sucessivas singularizações, que, esvaziando-as de sua

funcionalidade, as transformam, primeiramente, em objetos de conservação, posteriormente em objetos de colecionamento e, em certos casos até, de patrimonialização.

Podemos dizer que os objetos de coleções são uma construção social. Eles não existem isoladamente, porém se complementam na relação com os sujeitos, como afirmam Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013). Por esse ângulo, é possível assegurar que os objetos moldam a trajetória de vida dos sujeitos, assim como nós os moldamos a partir da relação museal<sup>4</sup> travada entre ambos, ou seja, sujeito e objeto estão sempre em constante ato relacional. À medida que os objetos têm uma utilidade, mais ou menos intensa, acompanham os sujeitos e seus afetos. Assim, adquirem (ou são lhes atribuídos) contornos simbólicos porque estão presentes em fases da vida e, portanto, tornam-se mediadores, extensões de memória. Logo, compõem um conjunto de signos que pode ser interpretado e significado conforme as relações estabelecidas com os mesmos.

Pedro Andrade (2005, p. 210) completa esse pensamento dizendo que:

Em resumo, para entender o valor dos objetos, sejam eles únicos ou em série, gozando de uma vida plena de utilizações e imbuída de aspectos sóciosimbólicos ou encontrando-se integrados numa coleção, é preciso insistir nesta convicção referida supra: os objectos apresentam, simultaneamente, uma biografia individual e uma genealogia colectiva. Numa tal perspectiva, assemelham-se profundamente aos objetos, embora ostentem outro nome. Ou seja, se os objectos se revelam como inscrições dos sujeitos, também os sujeitos apresentam-se enquanto traços dos objetos. Assim sendo, as colecções de objectos são ora colecções de sujeitos escritos ou objectivados, ora grupos de objectos que, por vezes constroem o seu próprio (e o nosso) trajecto de vida sócio - cultural, sem que os actores sociais sempre se dêem conta disso. Os objectos colecionam-nos tanto quanto nos os colecionamos.<sup>5</sup>

É interessante destacar que os objetos não seriam mais intermediários das relações com os sujeitos, mas, sim, mediadores dessa relação. Podemos ancorar essa afirmação na teoria Ator-Rede do antropólogo francês Bruno Latour (2012). Para o referido autor, os objetos podem estar imersos em uma rede de significações, inter-relações, em que humanos e não-humanos estão conectados, reciprocamente, de maneira horizontal, sem topologias. Isso ocorre, segundo John Law (2001), porque os objetos têm o poder de agir sobre os sujeitos: “O não-humano tanto quanto o humano podem agir. Essa agência não pertence necessariamente às pessoas” (LAW, 2001, p. 01, tradução nossa)<sup>6</sup>. Nesse caso, os objetos, por meio da relação travada com os sujeitos, subsidiados pela musealidade, podem ajudar na construção de suas memórias e identidades tanto individuais como coletivas. Por outro lado, os próprios sujeitos ajudam na proteção e preservação dos objetos, considerados por si importantes na manutenção de suas histórias e identidades.

4 A percepção museal está introduzida aqui de maneira indireta.

5 O idioma da citação é o português. Entretanto, diferem-se algumas palavras do brasileiro porque é da nação de Portugal.

6 “*The non-human just as much as the human may act. That agency does not necessarily belong to people.*”

Por sua vez, quando inseridos dentro de uma linguagem expográfica, ao flertá-los, abrem-se campos para os expectadores (públicos) poderem enxergar, tendo como impulso a musealidade o sentido dos objetos para além de sua realidade aparente, trazendo o longe para perto, os mortos para os vivos, o ausente para o presente, o que estava apagado, lançado ao vácuo do esquecimento para a luz das lembranças e recordações.

Nesse universo simbólico, esses objetos são denominados pelo historiador Pomian (1997) como semióforos: uma ponte entre o visível e o invisível. Estimamos que os objetos, quando ressignificados e inseridos em um cenário de representação, o Museu, servem como mediadores que conectam o visível, pela objetividade dos objetos, ao invisível, pela subjetividade da percepção.

Para a filósofa brasileira Marilena Chauí, são considerados semióforos:

[...] semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, e, destinados exclusivamente à visibilidade e a contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência. Um semióforo é algo único (por isso dotado de aura) (CHAUÍ, 2000, p. 9).

Dessa perspectiva, os museus e seus acervos funcionam como espaços que evocam, fixam memórias, que freiam a inevitável rota do esquecimento e do tempo, buscam “enganar” a morte. Por meio deles, as pessoas buscam “voltar no tempo” como uma forma de reconstruir fatos e acontecimentos passados por meio de suas recordações. São lugares em que as pessoas podem, ancoradas no presente, articular, significar e interpretar, a partir de seus interesses, o passado, com o olhar projetado para o futuro. São, assim, como dobras no espaço-tempo, em que o passado se conecta com o presente, em que lugares longínquos são dispostos diante dos olhos, em que os mortos se comunicam com os vivos – tendo como plataforma de embarque as coleções (que são impulsionadas ou ativadas pela musealidade).

Esses objetos adquirem (ou lhe são atribuídos), instrumentalizados pelos processos de musealização, o que poderíamos entender como o status de “aura” (BENJAMIN, 1955), assim como os locais em que esses estão inseridos e fazem parte (ASSMANN, 2011). Os objetos musealizados (*musealia*), então, devem ser vistos como possuidores de valores simbólicos, espirituais de diversas matizes, como afirma Mário Chagas (2002). Os objetos de museus são detentores de uma alma e espírito, conforme asseguraram Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013). Para estes autores, a alma e o espírito dos objetos é uma atribuição dos sujeitos.

Em outros termos, podemos dizer que os objetos são detentores de uma alma e um espírito que se complementam na relação entre os sujeitos, a partir da ativação de suas percepções museais (leia-se processo da musealidade).

É preciso também não esquecer que, enquanto portadora de uma **alma**, de um **espírito**, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, **mortos e vivos**, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. Essa possibilidade nunca desapareceu completamente de nosso horizonte moderno (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013, p. 8, grifo nosso).

Nessa interação entre sujeito, objeto, lugar e memória, os autores Silveira e Lima Filho (2005) complementam:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui **a alma nas coisas**, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (re) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39, grifo nosso).

Portanto, podemos dizer que o objeto “fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida” (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 40). Sendo assim, os objetos são referência e consequências da construção cultural, por materializar concepções culturais das mais diversas, que ajudarão a entender e compreender as dinâmicas sociais e culturais dos grupos, nos quais estão inseridos. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005).

Ou seja, a partir desse ângulo podemos observar que os objetos de museus complementam sua importância na relação museal travada com as pessoas. A partir dessa relação travada com os objetos, as pessoas os observam, tendo como impulso a percepção museal (início da musealidade) muito além de sua materialidade, muito além de sua função inicial conforme exposto acima. Os sujeitos, através de suas percepções museais, compreendem os objetos como importantes mediadores que ajudam na afloração e fixação de memórias, emoções e na afirmação de identidades. Podemos dizer que os objetos contribuem para moldar e consolidar o sujeito no presente, afirmando, ou reafirmando, suas memórias, bem como quem ele foi, é e será. Nessa perspectiva, é possível afirmar que os objetos moldam os sujeitos, assim como nós os moldamos a partir da relação museal travada entre ambos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pedro. Os objetos que colecionavam sujeitos (estilo ou gênero de escrita): diálogos sociológicos. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 206-210, jan./jun. 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. São Paulo, Editora da Unicamp, p. 317-366, 2011.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutividade** técnica. 1955. Disponível em: <http://baixacultura.org/biblioteca/artigos-ensaios-papers/1-1-a-obra-de-arte-na-era-de-sua-reprodutibilidade-tecnica/> . Acesso em: 22 de jul. 2015.

BOTTALLO, Marilúcia. Museus e o processo colecionista: acervos materiais e imateriais e o ambiente virtual. In: MERLO, Márcia (Org.). **Memórias e museus**. São Paulo. Estação das Letras e Cores, 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: **As várias faces do Patrimônio**, por LEPA. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Centro de Estudos de sociomuseologia. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 9, 1996.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines. **O Museu do sagrado ao segredo**. Rio de Janeiro: Revam, 2009.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAGAS, Mario. de. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, p. 35-67, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, SP: Fund P Abramo, 2000.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 27-45. Ago.-nov. 2010.

FERREIRA, Maria Leticia; GASTAUD, Carla; RIBEIRO, Diego Lemos. Memória e emoção patrimonial: Objetos e vozes num museu rural. **Museologia e Patrimônio**, v. 6, p. 57-74, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e Patrimônio Ensaios Contemporâneos**. 2003. Disponível em: [http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17542/material/patrimonio\\_como\\_categoria\\_de\\_pensamento.pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17542/material/patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf). Acesso em: 01 ago. 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. **A Alma das Coisas: patrimônios, materialidades e ressonâncias**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

GRUPPELLI, Paulo Ricardo. **[Entrevista]**. 2016. Entrevista concedida a José Paulo Siefert Brahm, em 05 de jun de 2016, na cidade de Pelotas/RS.

GRUPPELLI, Paulo Ricardo. **[Entrevista]**. 2017. Entrevista concedida a José Paulo Siefert Brahm, em 10 de dez. de 2017, na cidade de Pelotas/RS.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. España, Siglo Veintiuno editores, 2001.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-rede. Salvador: Edufba, 2012, São Paulo: Edusc, 2012.

LAW, John. **Ordering and obduracy**. Centre for Science Studies. Lancaster University, 2001. Disponível em: <http://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/law-ordering-and-obduracy.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2015.

MENDONZA, Celina. A. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones? **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, suplemento especial, p.217-228, jan.jun., 2005.

MIRANDA, Victorino Chermont de. O problema da nostalgia nas coleções de porcelanas históricas. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Coleção e colecionadores**: a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu histórico Nacional, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: VV. AA. **Enciclopédia Einaudi 1**: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. p. 51-86.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005. p. 151-162.

SCHEINER, Tereza. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **MAST Colloquia – Museu**: Instituição de Pesquisa, Rio de Janeiro, p. 85-100, 2005.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

SOARES, Bruno Brulon. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em **Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio I MAST - vol. 5 n. 2, 2012. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/216/200>. Acesso em 09 jun. 2015.

# CAPÍTULO 15

## CRECHES COMUNITÁRIAS DE UBERLÂNDIA: UMA MARCA DA MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO SÉCULO XX

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 08/03/2021

**Vinicius Silva**

Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia - Minas Gerais  
<http://orcid.org/0000-0002-5449-2181>

Outras versões deste artigo compuseram o conjunto de trabalhos do VII Encontro Maranhense de História da Educação, ocorrido no ano de 2014, na cidade de São Luís, bem como o do X Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais, ocorrido em 2019, no município de Diamantina.

**RESUMO:** A Historiografia da Educação Infantil tem mostrado que, na Idade Moderna, houve uma mudança significativa no tratamento dispensado às crianças e às infâncias, as quais, aos poucos, tornaram-se um dos centros das pautas das sociedades. Dentre essas mudanças, está a institucionalização da educação desses sujeitos, a tal ponto de, segundo Ariès (1981), o *ser aluno* determinar o *ser criança*. No Brasil, essa (re)significação da criança é produtora e fruto da modernização do país e da democracia participativa. Para compreender esta relação, as creches comunitárias de Uberlândia foram escolhidas como objeto de estudo, em uma perspectiva cosmopolita, pois sua história, segundo Ferreira (2010), evidencia o quanto a participação popular contribuiu para a perspectiva escolar que vigora, no município e no país, neste

contexto educativo.

**PALAVRAS - CHAVE:** História da Educação. Infância. Participação popular.

### COMMUNITY NURSERIES IN UBERLÂNDIA: A MARK OF THE MODERNIZATION OF 20TH CENTURY SOCIETY

**ABSTRACT:** The Historiography of Early Childhood Education has shown that, in the Modern Age, there was a significant change in the treatment given to children and childhoods, which, gradually, became one of the centers of societies' agendas. Among these changes, is the institutionalization of the education of these subjects, to the point that, according to Ariès (1981), the *being a student* to determine the *being a child*. In Brazil, this (re)meaning of the child is a producer and fruit of the modernization of the country and participatory democracy. To understand this relationship, the community nurseries of Uberlândia were chosen as the object of study, from a cosmopolitan perspective, because its history, according to Ferreira (2010), shows how popular participation contributed to the school perspective that prevails, in the municipality and in the country, in this educational context.

**KEYWORDS:** History of Education. Childhood. Popular participation.

### 1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Ferreira (2010), a terminologia de *creches comunitárias* agrupa uma série de instituições que não existem mais